

Democracia e Eleições em Israel

Karl Schurster
Diego Leonardo Santana Silva
Carolline Mello (orgs.)



Coleção Temas Fundamentais
Democracia e Eleições em Israel

Instituto Brasil-Israel, 2026

Presidente

Eduardo Wurzmann

Diretoria

Vice-presidente

Karina Hotimsky Iguelka

Claudio Bobrow

David Diesendruck

Inês Mindlin Lafer

Marina Cusnir

Milton Seligman

Fabio Iguelka

Equipe

Amanda Desmonts

Amanda Hatzyrah

Anita Efraim

Carolline Mello

Daniel Douek

João Koatz Miragaya

Karl Schurster

Melina Sternberg

Sidney Sapira

Tamara Crespin

Expediente da publicação

Organizadores

Karl Schurster

Diego Leonardo Santana Silva

Carolline Cardoso de Mello

Autores

Alice Rodrigues da Silva

Caroline de Lara

Cássio Rafael Lucena de Lira

Giovane Albino Silva

Guilherme Antunes Barbosa Santana

João Koatz Miragaya

Karen Regina Prado

Karla Maria da Conceição Ernesto

Manuela Faustino da Silva Belo

Michely Karina Almeida da Silva

Monique Hellen Lucena Diniz

Óscar Ferreiro-Vázquez

Tamara Crespin

Revisão textual

Beatriz Rodrigues

Capa

João Vaz

Design e diagramação

Aldo Barros



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitora: Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

Vice-Reitor: Prof. José Roberto de Souza Cavalcanti

Conselho Editorial da Editora Universidade de Pernambuco – EDUPE

Membros Internos

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento	Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos
Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela	Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo
Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos	Profa. Dra. Rosângela Estevão Alves Falcão
Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura	Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo
Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos	Profa. Dra. Silvana Núbia Chagas
Profa. Dra. Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani	Profa. Dra. Sinara Mônica Vitalino de Almeida
Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho	Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila
Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros Carvalho Macedo	Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto
Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida	

Membros Externos

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bóas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)
Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)
Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)
Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)
Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)
Profa. Dra. Letícia Virginia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)
Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)
Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)
Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)
Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)
Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

Diretor Científico e Coordenador: Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Secretário Executivo: Felipe Ramos da Paixão Pereira Rocha

Assistente Administrativo: Renan Cortez da Costa

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.



Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro, ou de seus capítulos, para fins comerciais.

A referência às ideias e trechos deste livro deverá ser necessariamente feita com atribuição de créditos aos autores e à EDUPE.

Esta obra ou os seus artigos expressam o ponto de vista dos autores
e não a posição oficial da Editora da Universidade de Pernambuco – EDUPE

Democracia e Eleições em Israel
Karl Schurster; Diego Leonardo Santana Silva; Carolinne Mello (orgs.).
Coleção Temas Fundamentais — v. 1
1. ed. — 2026
Livro digital
ISBN 978-85-7856-348-6
Instituto Brasil-Israel
[Recife] — 2026

Guias de Mediação é uma série concebida para acompanhar educadores, mediadores e demais profissionais no trabalho com questões que perpassam a experiência histórica e o mundo contemporâneo. Cada guia reúne conceitos, contextos e caminhos possíveis para a mediação, oferecendo instrumentos que favoreçam a construção do conhecimento, a formulação de perguntas e o diálogo. A proposta parte da compreensão de que mediar não tem como objetivo oferecer respostas prontas e prescritivas, mas criar condições para que diferentes públicos possam compreender, interpretar e discutir temas que exigem atenção, conhecimento e responsabilidade.

A Coleção **Temas Fundamentais** reúne guias dedicados a conceitos, processos históricos e questões indispensáveis à compreensão da vida em sociedade. São temas que ajudam a construir repertórios, reconhecer diferentes experiências históricas e estabelecer relações entre passado e presente. Os volumes foram pensados como pontos de partida para o trabalho educativo, combinando conhecimento histórico, reflexão conceitual e possibilidades de mediação.

A Coleção **Temas Sensíveis** volta-se para acontecimentos, experiências e debates marcados por violência, trauma, conflitos de memória e disputas de interpretação. Genocídios, racismo, antissemitismo, ditaduras, migrações forçadas e outras formas de violência exigem uma mediação capaz de reconhecer sua complexidade sem transformar o sofrimento em espetáculo ou reduzir a história a respostas simples. Os volumes desta coleção procuram oferecer caminhos para abordar essas experiências com rigor histórico, cuidado com as palavras e respeito pelas pessoas e pelas memórias individuais e coletivas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
A DEMOCRACIA ISRAELENSE	8
Uma democracia incompleta?	9
O SISTEMA POLÍTICO ISRAELENSE.....	12
As eleições.....	12
A <i>Knesset</i>	14
O primeiro-ministro	17
A Suprema Corte	18
PROPOSTAS PEDAGÓGICAS	20
Proposta 1.....	20
Proposta 2.....	23
Proposta 3.....	26
Proposta 4	29
Proposta 5	32
Proposta 6	34
Proposta 7	37
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Israel é frequentemente apontado por diferentes índices internacionais e parte da literatura especializada como a democracia mais consolidada do Oriente Médio, embora essa caracterização seja objeto de intenso debate acadêmico. O sistema político israelense permanece em funcionamento ininterrupto desde a fundação do país, em 14 de maio de 1948, e, assim como a Nova Zelândia e o Reino Unido, o país é regido por um conjunto de Leis Básicas (*Basic Laws*), e não por uma constituição. Israel é uma república parlamentar organizada segundo o princípio da separação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A Suprema Corte é composta por 15 ministros, enquanto o parlamento, denominado *Knesset*, conta com 120 membros. O presidente é o chefe de Estado, enquanto o chefe de governo é o primeiro-ministro.

Desse modo, Israel ocupa uma posição singular no Oriente Médio. Embora apresente características institucionais distintas de seus vizinhos, compartilha com eles desafios comuns à região, como a centralidade da segurança nacional, a recorrência de conflitos armados e as complexas relações entre religião e política (Hazan; Rahat; Hofnung, 2018, p. 4). Nesse contexto, a existência de eleições competitivas, pluralismo partidário e instituições independentes constitui um importante diferencial regional do país. Porém, mesmo possuindo uma estrutura consolidada, o sistema político israelense enfrenta desafios em tempos de crise. Após os ataques de 7 de outubro de 2023, que desencadearam a guerra entre Israel e o Hamas, o governo israelense vem sofrendo críticas internas e externas em relação à sua capacidade de garantir a segurança dos israelenses e às suas ações em Gaza. Para além disso, o governo de Benjamin Netanyahu vem travando embates com a Suprema Corte do país e com organismos internacionais.

Um dos principais teóricos da democracia, o filósofo Norberto Bobbio afirmou que a democracia está em constante construção. Os regimes democráticos permanecem postos à prova quanto aos limites do poder do Estado, aos procedimentos para a chegada ao poder e às regras para o exercício desse poder. A legitimidade democrática na sociedade contemporânea ocorre com a consolidação dos procedimentos que permitem a participação dos cidadãos nas decisões coletivas (Bobbio, 2007, p. 155). Nessa perspectiva, todos os cidadãos devem possuir igual peso político nas decisões coletivas por meio do sufrágio universal. Ao mesmo tempo, a democracia precisa lidar com o desafio de assegurar que a vontade da maioria não comprometa os direitos das minorias (Bobbio, 2015).

No dia 27 de outubro de 2026, os israelenses irão às urnas para eleger uma nova *Knesset* e, conseqüentemente, um novo governo. As eleições são momentos nos quais, por mecanismos democráticos, o governo pode ser substituído. Em épocas de temor e medo, ações autoritárias podem ganhar força dentro do seio democrático. Esse risco cresce quando o pleito ocorre em meio a conflitos armados prolongados e a arranjos de governabilidade que testam a resiliência das instituições. Segundo Aharon Barak (2006), uma das lições fundamentais extraídas do Holocausto é a de que o povo, através de seus representantes, pode destruir uma

democracia e, por tabela, os direitos humanos, que são um dos pilares de uma democracia sustentável. Para ele, o Poder Judiciário deveria estar atento à proteção da democracia e dos direitos humanos em uma época na qual o medo por conta do terrorismo abre brecha para uma radicalização política.

Ao analisarem o enfraquecimento das democracias, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) alertam que as democracias no tempo presente não precisam ser depostas por rupturas ou golpes de Estado. O enfraquecimento ocorre por dentro do próprio sistema, com a erosão gradual das instituições, em um processo que preserva a aparência de legalidade. Em ambientes de ameaça à segurança e diante de inimigos identificados, líderes extremistas encontram espaço para propor a rejeição de regras democráticas. Perseguem adversários políticos, negam-lhes legitimidade e naturalizam a violência e o autoritarismo em nome da segurança. A história registra esse processo em diferentes países e períodos, o que torna a vigilância permanente sobre as instituições democráticas uma responsabilidade de todos os cidadãos.

Em momentos de tensão e medo, a democracia é colocada à prova. Ela sustenta a defesa dos direitos humanos e da liberdade; sob pressão, o mesmo processo abre espaço para a manipulação em favor do autoritarismo. Na próxima eleição, a democracia israelense enfrentará mais um desafio importante. Conhecer o funcionamento de um sistema político auxilia na preparação de indivíduos críticos para reconhecer esses riscos e acompanhar os processos eleitorais com discernimento. Por isso, este guia de mediação tem como objetivo apresentar os principais elementos da democracia israelense, bem como o funcionamento de seu sistema político e eleitoral.

A DEMOCRACIA ISRAELENSE

A democracia possui diversos modelos. Ela pode ser presidencialista, parlamentarista ou mesmo ser exercida através de monarquias constitucionais, com eleições para o parlamento, nas quais o primeiro-ministro é o chefe de governo. De fato, ao longo dos séculos, o modelo democrático passou por variações, mas mantém uma essência: a participação popular é fundamental para guiar o destino político do país. Todavia, esse modelo passou longe de ser uma unanimidade.

A experiência histórica do século XX contou com a ascensão de regimes autoritários, fascismos e ditaduras de vários tipos que colocaram as democracias em risco. Em alguns desses modelos, como na Alemanha Nazista, minorias, a exemplo dos judeus, ciganos e Testemunhas de Jeová, entre outros, foram vítimas de políticas de perseguição e extermínio. Leis e decretos retiraram progressivamente a cidadania e os direitos civis desses grupos, num processo que avançou sob uma aparência de legalidade, até desembocar na exclusão total e na violência sistemática. A história do século XX mostra, assim, como o enfraquecimento gradual das proteções legais abre caminho para as formas mais extremas de autoritarismo.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, ocorreu um processo de descolonização no qual surgiram dezenas de Estados nacionais independentes. Esse processo foi um dos marcos do século XX e mudou para sempre o cenário geopolítico internacional. Alguns desses novos Estados, no entanto, nasceram beligerantes. Isso porque a resistência das antigas potências coloniais e a ausência de consenso sobre o rumo político desses países alimentaram conflitos, num mundo já dividido do ponto de vista político, econômico e ideológico (Hobsbawm, 1995).

Dentre os países fundados após o fim da Segunda Guerra Mundial, está Israel. Localizado na Ásia, na região conhecida como Oriente Médio, o país figura entre os poucos novos Estados nacionais que se mantiveram como democracias desde o seu nascimento. O Estado de Israel foi fundado em 14 de maio de 1948, após a aprovação da Resolução 181 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Os adversários de Israel não aceitaram a resolução, e o resultado foi a Primeira Guerra Árabe-Israelense, conhecida em Israel como Guerra da Independência e pelos palestinos como Nakba, iniciada oficialmente em 15 de maio de 1948¹ e encerrada com o cessar-fogo de 7 de janeiro de 1949.

¹ Embora oficialmente a guerra entre Israel e os países árabes vizinhos tenha se iniciado em 15 de maio de 1948, após a declaração de independência de Israel, os confrontos entre as comunidades judaica e árabe na Palestina tiveram início anteriormente. A partir de 30 de novembro de 1947, um dia após a Assembleia Geral da ONU aprovar o Plano de Partilha da Palestina, a violência entre grupos judaicos e árabes se intensificou, dando lugar a uma guerra civil no território sob Mandato Britânico. Nesse período, anterior à entrada formal dos países árabes vizinhos no conflito, milhares de árabes palestinos (assim como alguns judeus) deixaram ou foram evacuados de suas casas.



David Ben-Gurion, primeiro primeiro-ministro de Israel, proclama a Declaração de Independência do Estado de Israel em 14 de maio de 1948, no Museu de Arte de Tel Aviv.

Com o armistício que pôs fim aos combates, o Estado de Israel precisaria estabelecer suas diretrizes governamentais. Se a criação de um Estado para o povo judeu era uma conquista, administrá-lo seria um desafio à parte. A tradição organizacional dos Congressos Sionistas ajudou a inspirar um modelo administrativo baseado no parlamentarismo. Ainda em abril de 1948, pouco antes da independência, a Executiva Sionista criou dois órgãos: a Assembleia do Povo, com 37 membros, e o Diretório Popular, com 13 membros, que funcionava como um governo embrionário. Com a declaração de independência, esses órgãos mudaram de nome e de função: a Assembleia do Povo tornou-se o Conselho Provisório de Estado, que mais tarde daria origem à *Knesset*, e o Diretório Popular tornou-se o Governo Provisório. Juntos, ficaram responsáveis pela transição e pela formação do primeiro governo israelense (Shapira, 2018, p. 223).

Uma democracia incompleta?

Após a criação de um lar nacional para o povo judeu e o estabelecimento de sua estrutura administrativa, a natureza do Estado e seu direcionamento passaram a ser discutidos por diferentes correntes políticas. Afinal, qual modelo seguir em um mundo dividido? O que seria, de fato, Israel?

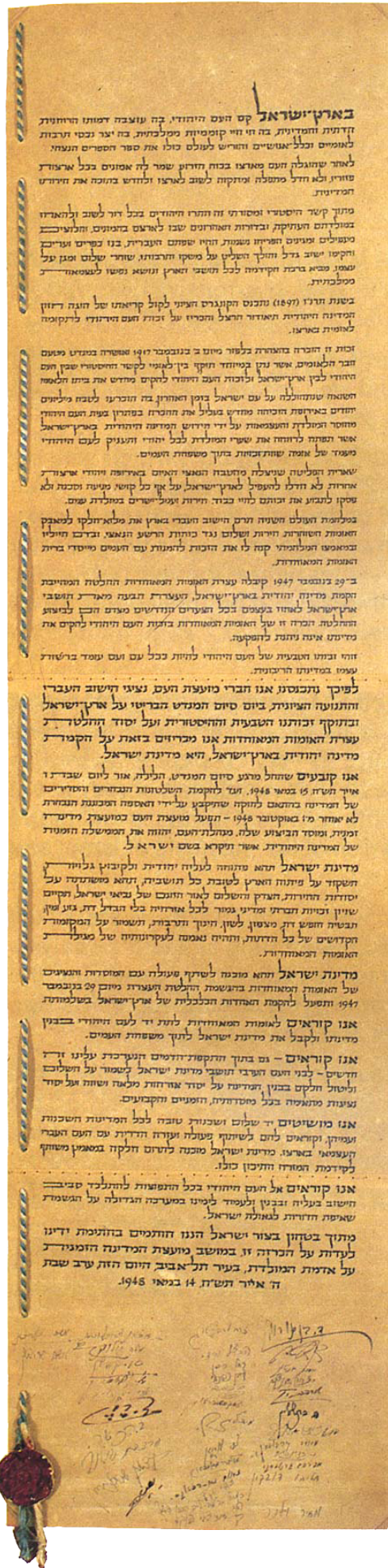
Os princípios básicos que levaram à criação de Israel são explicitados em sua Declaração de Independência. Ela reafirmava a conexão histórica do povo judeu com a Terra de Israel e defendia o direito ao estabelecimento de um Estado judeu naquela região (CIE, 2023). Conforme estabelece a Declaração:

O Estado de Israel estará aberto à imigração de judeus de todos os países de sua dispersão; promoverá o desenvolvimento do país para o benefício de todos os seus habitantes; terá como base os preceitos de liberdade, justiça e paz ensinados pelos profetas hebreus; defenderá a total igualdade social e política de todos os cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo; garantirá liberdade total de consciência, culto, educação e cultura; protegerá a santidade e a inviolabilidade de santuários e Lugares Sagrados de todas as religiões; e se manterá fiel aos princípios da Carta das Nações Unidas (Israel, 1948).

A Declaração de Independência de Israel se propõe a promover o desenvolvimento do país e a busca pelo bem comum, assegurando a liberdade de consciência e de culto e comprometendo o Estado com a proteção dos locais sagrados de todas as religiões. Embora não utilize expressamente o termo “democracia”, a Declaração enuncia princípios como liberdade, igualdade, justiça e proteção de direitos, frequentemente interpretados pela literatura como fundamentos democráticos do país. Ainda assim, a ausência de uma constituição formal manteve aberto o debate sobre os caminhos para a concretização desses princípios. O texto também estabelecia que, até 1º de outubro de 1948, uma Assembleia Constituinte deveria elaborar uma Constituição para o país, o que não aconteceu². Em seu lugar, Israel adotou um conjunto de Leis Básicas, que passaram a exercer funções constitucionais na organização do Estado³.

² A primeira Knesset, eleita em janeiro de 1949, foi originalmente eleita sob a denominação de Assembleia Constituinte, com a tarefa de elaborar uma Constituição. No entanto, essa função nunca foi efetivamente cumprida: em 1950, a chamada Resolução Harari estabeleceu que a Constituição seria elaborada gradualmente, por meio de Leis Básicas, que seriam posteriormente reunidas em uma Constituição.

³ Durante décadas, essas leis não possuíam, de forma consolidada, o mesmo status de uma Constituição. A partir dos anos 1990, especialmente após a aprovação de novas Leis Básicas sobre direitos fundamentais e sob a liderança de Aharon Barak na Suprema Corte, consolidou-se o entendimento de que nenhuma lei poderia contrariar os valores e as disposições das Leis Básicas, conferindo-lhes, na prática, força constitucional e permitindo sua utilização como parâmetro para a revisão judicial de leis.



Deve-se levar em consideração que a Declaração de Independência representa um documento fundacional do Estado, não tendo força de lei (Waisberg, 2008). Para Omer Bartov (2026), a ausência de uma constituição escrita contribuiu para manter em aberto os debates sobre a identidade política de Israel, sobretudo sobre como conciliar seu caráter de Estado judeu com os princípios democráticos expressos na Declaração de Independência. Essa indefinição institucional, somada às transformações políticas ocorridas ao longo das décadas, favoreceu o fortalecimento de concepções etno-nacionalistas e uma redefinição do papel político do sionismo na organização do Estado. Segundo o autor, o desenvolvimento gradual das Leis Básicas não eliminou essas ambiguidades: o equilíbrio entre o caráter judeu do Estado e a garantia de igualdade de direitos a todos os cidadãos permanece em disputa, o que faz da democracia israelense um projeto em construção, marcado por contradições institucionais.

Contudo, essa interpretação não é consensual na literatura especializada, embora dialogue com autores que analisam os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas. Guardadas as diferenças entre os dois contextos históricos, Horst Möller (2012), ao analisar a experiência da República de Weimar (1918-1933), identificou que, mesmo com uma das constituições mais modernas de sua época, a tradição política alemã permanecia marcada pelo autoritarismo, o que permitiu que as crises subsequentes enfraquecessem a democracia até a ascensão do nazismo. Parte da sociedade não havia aceitado os valores democráticos, num país fragmentado após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A combinação de crise política, fragilidade constitucional e desagregação progressiva da República de Weimar resultou em sua queda (Broszat, 2014).

Debates dessa natureza indicam que a democracia constitui um processo em permanente construção, acompanhando as transformações que acontecem ao longo do tempo. Além da existência de instituições políticas, a estabilidade democrática depende de como a comunidade política se compreende e se imagina a si própria. Segundo Benedict Anderson (2008), uma nação se constrói quando seus membros passam a acreditar que compartilham uma mesma identidade, ainda que nunca cheguem a se conhecer pessoalmente. A experiência israelense expõe essa complexidade de outra forma. Quem integra a comunidade nacional e em que termos permanece parte do debate sobre os rumos da democracia no país.

O SISTEMA POLÍTICO ISRAELENSE

O sistema político israelense é estruturado como uma democracia parlamentar, na qual a *Knesset* ocupa posição central na organização política do país. Diferentemente dos sistemas presidencialistas, em Israel o governo depende da formação de uma maioria parlamentar, geralmente construída por meio de coalizões entre partidos. Essa característica torna a política israelense marcada pela negociação constante, pela diversidade partidária e pela necessidade de conciliar interesses ideológicos, religiosos, sociais e de segurança.

Nesse sentido, o funcionamento desse sistema envolve a relação entre três poderes: o Legislativo, representado pela *Knesset*; o Executivo, conduzido pelo primeiro-ministro e por seu gabinete; e o Judiciário, cuja instância máxima é a Suprema Corte. Como Israel não possui uma constituição única e codificada, mas um conjunto de Leis Básicas, a interpretação dessas normas ocupa papel central na organização institucional do país e nos debates sobre os limites de atuação de cada poder.

A seguir, serão apresentados os principais elementos que compõem a política israelense: o processo eleitoral, a composição e as funções da *Knesset*, o papel do primeiro-ministro na condução do governo e a atuação da Suprema Corte. A partir desses pontos, torna-se possível compreender como a democracia israelense opera em meio a uma sociedade plural, a um sistema multipartidário e a desafios permanentes ligados à segurança, à identidade nacional e à relação entre religião e Estado.

As eleições

Por ser uma república parlamentarista unicameral, Israel conta com eleições para o seu parlamento (*Knesset*). Nelas, os israelenses votam em um partido político para representá-los. Após a apuração dos votos, os partidos recebem cadeiras na *Knesset* proporcionais à quantidade de votos obtidos – ao todo, são 120 assentos disponíveis.

O historiador João Miragaya (2024) explica que, para governar Israel, um partido ou uma coalizão de partidos precisa de maioria na *Knesset*, ou seja, um mínimo de 61 cadeiras. Após consultar os partidos representados na *Knesset*, o presidente encarrega um membro do parlamento de formar o governo, normalmente o líder com maiores condições de obter apoio parlamentar. O presidente nomeia um primeiro-ministro, que será o chefe de governo. A ele cabem algumas atribuições, como representar o país diplomaticamente, nomear o primeiro-ministro e conceder indultos.

Para ter representantes na *Knesset*, os partidos precisam superar a cláusula de barreira, um coeficiente mínimo de 3,25% dos votos, patamar que corresponde a 4 assentos na *Knesset*. Todos os cidadãos israelenses maiores de 18 anos que estejam no país durante a eleição têm direito ao voto, que é optativo. Militares, presidiários e árabes cidadãos israelenses também podem votar. Porém, árabes-palestinos sem cidadania israelense, como os que vivem nos territórios ocupados e em Jerusalém Oriental, não têm direito a voto. Vi-

sando incentivar a participação eleitoral, algumas medidas são adotadas: as eleições nunca ocorrem às sextas-feiras nem aos sábados, em respeito ao *Shabat*, o dia semanal de descanso e observância religiosa do judaísmo, celebrado do pôr do sol de sexta-feira ao pôr do sol de sábado. Além disso, o dia da eleição é declarado feriado nacional e o transporte público é gratuito (Miragaya, 2024).



Processo eleitoral em Holon, Israel, em 1º de novembro de 2022, durante as eleições nacionais para a *Knesset*. Imagem ilustrativa das eleições de 2022. Crédito editorial: Roman Yanushevsky / Shutterstock.com

Em um regime pluripartidário, é muito difícil que algum partido sozinho consiga a maioria dos votos. Em razão disso, os partidos acabam formando coalizões, juntando-se a outras legendas para aumentar a quantidade de cadeiras na *Knesset* e atingir a maioria. Ou seja, ser o partido mais votado não garante necessariamente que ele governará Israel: quem fará isso será aquele que conseguir reunir uma maioria parlamentar. Após as eleições, o presidente de Israel realiza consultas com os partidos que conquistaram representação na *Knesset* para identificar qual parlamentar possui maiores condições de formar uma coalizão majoritária. Com base nessas consultas, o presidente encarrega um membro da *Knesset* de formar o governo. Esse parlamentar dispõe inicialmente de 28 dias para negociar uma maioria parlamentar, prazo que pode ser prorrogado por mais 14 dias. Caso obtenha o apoio da maioria dos parlamentares, apresenta seu governo à *Knesset* para um voto de confiança. Somente após a aprovação parlamentar o novo governo toma posse. Se o parlamentar encarregado não conseguir formar uma maioria, o presidente poderá designar outro membro da *Knesset* para tentar formar o governo, seguindo o procedimento previsto na legislação israelense (Miragaya, 2024).

Assim como em outros sistemas parlamentaristas, o governo pode cair durante os quatro anos do mandato. Isso pode acontecer por iniciativa do próprio governo, que pode solicitar a dissolução da *Knesset* e, em caso de aprovação, provocar novas eleições. Também é possível que o governo perca sua maioria parlamentar durante a legislatura. Nesses casos, a oposição pode apresentar uma moção construtiva de desconfiança (*constructive vote of no confidence*). Diferentemente de outros sistemas parlamentaristas, essa moção não tem apenas o objetivo de derrubar o governo em exercício: ela deve indicar um candidato alternativo ao cargo de primeiro-ministro que seja capaz de reunir o apoio da maioria da *Knesset*. Caso isso ocorra, forma-se um novo governo sem necessidade de novas eleições. Se nenhuma alternativa obtiver maioria parlamentar, poderão ser convocadas novas eleições. Além disso, a própria coalizão governamental pode ser reorganizada ao longo da legislatura, permitindo que um governo permaneça no poder ao conquistar o apoio de novos partidos (Miragaya, 2024).

A *Knesset*

Em Israel, o nome do parlamento deriva de *Knesset HaGedolah* (Grande Assembleia), órgão mencionado na tradição judaica e associado ao período do Segundo Templo, evocando a ideia de uma assembleia representativa. A primeira composição da *Knesset* foi eleita em 25 de janeiro de 1949. Desde então, cabe à *Knesset* aprovar as Leis Básicas que estruturam a organização constitucional do Estado de Israel. Atualmente, encontra-se em funcionamento a 25ª legislatura da *Knesset*, eleita em 1º de novembro de 2022.



Plenário da *Knesset*, em Jerusalém, Israel, em 2023.
Crédito editorial: Ilgov / Shutterstock.com

A *Knesset* exerce funções legislativas, fiscaliza a atuação do governo, aprova o orçamento do Estado e participa da formação e da sustentação das coalizões governamentais. Os membros da *Knesset* possuem garantias parlamentares destinadas a assegurar o livre exercício de suas funções legislativas, observados os limites previstos na legislação israelense. Além dessas garantias, os deputados estão sujeitos a regras éticas que disciplinam conflitos de interesse, recebimento de vantagens indevidas, transparência e o exercício de suas funções públicas (Israel, [s.d.]).

Nesse contexto, a composição da *Knesset* reflete a diversidade da sociedade israelense. Atualmente, o parlamento reúne partidos de direita, centro-direita, centro e esquerda, além de legendas religiosas, incluindo partidos ultraortodoxos, e partidos que representam principalmente a população árabe israelense. A seguir, são apresentados alguns dos principais partidos políticos de Israel, atuais e anteriores:

Partido	Fundação	Orientação ideológica	Base social e eleitoral	Principais propostas
Avodá / Partido Trabalhista 	1968	Centro-esquerda; social-democracia; sionismo trabalhista	Sindicatos, setores urbanos progressistas	Estado de bem-estar social, solução negociada para o conflito israelo-palestino, fortalecimento dos direitos sociais
Likud / União 	1973	Direita; conservador; sionismo revisionista	Eleitores nacionalistas, setores liberais, classe média, judeus mizrahim	Segurança nacional, economia de livre mercado, fortalecimento da identidade judaica do Estado, expansão dos assentamentos
Hadash / Novo 	1977	Esquerda; socialista; comunista	Judeus e árabes de esquerda	Igualdade de direitos, justiça social, direitos trabalhistas e solução negociada do conflito israelo-palestino
Shas / Federação Sefardita dos Guardiões da Torá 	1984	Ultraortodoxo sefardita	Judeus sefarditas e mizrahim religiosos	Defesa das instituições religiosas, programas sociais e fortalecimento da identidade judaica tradicional
Meretz / Energia 	1992	Esquerda; social-democracia; sionismo de esquerda	Eleitores urbanos, seculares e progressistas	Direitos humanos, igualdade civil, Estado laico, solução de dois Estados
Yahadut HaTora / Judaísmo Unido da Torá 	1992	Ultraortodoxo ashkenazi	Comunidades haredi	Financiamento das yeshivot, autonomia educacional religiosa, preservação do status religioso no Estado
Balad / Aliança Nacional Democrática 	1995	Partido árabe; nacionalismo palestino; esquerda	Árabes israelenses	Transformação de Israel em um “Estado de todos os seus cidadãos”, igualdade nacional e direitos das minorias

Partido	Fundação	Orientação ideológica	Base social e eleitoral	Principais propostas
Ra'am / Lista Árabe Unida 	1996	Partido árabe; islamismo moderado; conservador	Árabes israelenses, especialmente muçulmanos	Desenvolvimento socioeconômico das comunidades árabes, combate à criminalidade e investimentos públicos
Ta'al / Movimento Árabe pela Renovação 	1996	Centro-esquerda; partido árabe	Cidadãos árabes de Israel	Direitos civis, igualdade jurídica e representação política da população árabe
Yisrael Beiteynu / Israel Nossa Casa 	1999	Direita secular; nacionalista	Imigrantes da antiga União Soviética e setores urbanos da direita nacionalista	Segurança nacional, economia liberal, redução da influência religiosa na política, serviço militar universal, exigência de lealdade da população árabe israelense ao Estado de Israel
Yesh Atid / Há um Futuro 	2012	Centro; liberal	Classe média urbana, eleitores seculares	Reforma política, fortalecimento das instituições democráticas, educação, redução da influência religiosa no Estado
Otzma Yehudit / Força Judaica 	2012	Extrema-direita; ultranacionalismo; sionismo religioso radical	Eleitores nacionalistas e religiosos	Combate ao terrorismo, fortalecimento da soberania israelense e políticas de segurança rigorosas, repressão a manifestações da comunidade árabe e da esquerda
Noam / Agradabilidade 	2019	Direita religiosa conservadora	Setores religiosos ortodoxos	Defesa da família tradicional, oposição aos direitos LGBTQIA+, fortalecimento da educação religiosa e oposição a pautas liberais em costumes
HaTzionut HaDatit / Sionismo Religioso 	2021 (como aliança contemporânea)	Direita religiosa; sionismo religioso	Judeus religiosos nacionalistas	Expansão dos assentamentos, fortalecimento da identidade judaica e políticas rígidas de segurança
Kachol Lavan / Azul e Branco 	2018	Centro; centro-direita	Eleitores nacionalistas, seculares	Segurança nacional, diplomacia pragmática, economia de livre mercado com programas de bem estar-social, expansão dos assentamentos
HaDemokratim / Os democratas 	2024	Esquerda	Eleitores seculares, urbanos e progressistas	Defende a separação do território em dois Estados, um judaico e outro palestino, além de propor uma economia solidária e social-democrata e a separação entre religião e estado
Yashar / Em Frente 	2025	Centro	Eleitores moderados	Reconstrução de Israel como lar nacional do povo judeu, mantendo seu status democrático e que deve ser curado pelas feridas causadas pelo 7 de outubro de 2023

Nota metodológica: A classificação ideológica dos partidos israelenses pode variar conforme o autor e sofrer alterações ao longo do tempo, em razão de fusões, cisões, mudanças de liderança e reposicionamentos programáticos. A tabela não tem como objetivo apresentar um quadro atualizado dos partidos que disputarão as eleições de 2026, mas oferecer uma síntese das principais classificações encontradas na literatura especializada.

O primeiro-ministro

O primeiro-ministro é o chefe de governo de Israel. Após as eleições legislativas, o presidente encarrega um membro da *Knesset* de formar o governo. Caso consiga reunir uma maioria parlamentar e obtenha a aprovação da *Knesset*, esse parlamentar assume o cargo de primeiro-ministro. Seu mandato está vinculado à duração da legislatura da *Knesset*, prevista para quatro anos, embora possa ser encerrado antecipadamente em determinadas hipóteses previstas na legislação. Não há limite para o número de mandatos que uma mesma pessoa pode exercer.

O primeiro-ministro exerce suas funções com o apoio do Gabinete, responsável pela coordenação das políticas governamentais, pela articulação entre os ministérios e pelo assessoramento em áreas estratégicas, como segurança nacional e relações exteriores. Entre seus principais órgãos estão a Secretaria de Governo, responsável pela coordenação administrativa do Executivo, e o Conselho de Segurança Nacional, diretamente subordinado ao primeiro-ministro (Israel, [s.d.]).

A seguir, são apresentados os primeiros-ministros que exerceram o cargo desde a fundação do Estado de Israel.

Primeiro-ministro	Mandato(s)	Partido	Principais características e realizações
David Ben-Gurion	1948–1954; 1955–1963	Mapai	Fundador do Estado de Israel; organizou as instituições estatais, promoveu a unificação das forças militares na criação das Forças de Defesa de Israel (IDF), liderou a absorção de milhões de imigrantes e consolidou a administração pública.
Moshe Sharett	1954–1955	Mapai	Diplomata; priorizou a política externa e buscou reduzir tensões regionais por meio da negociação.
Levi Eshkol	1963–1969	Mapai / Alinhamento	Conduziu o país durante a Guerra dos Seis Dias (1967); ampliou a infraestrutura nacional e supervisionou a expansão territorial decorrente da guerra.
Golda Meir	1969–1974	Alinhamento	Primeira mulher a ocupar o cargo; liderou Israel durante a Guerra do Yom Kippur (1973); renunciou após as conclusões da Comissão Agranat e as críticas à preparação israelense para a guerra.
Yitzhak Rabin	1974–1977; 1992–1995	Alinhamento / Partido Trabalhista	Primeiro premiê nascido em Israel; liderou o processo que resultou nos Acordos de Oslo; recebeu o Nobel da Paz (1994); assassinado em 1995.
Menachem Begin	1977–1983	Likud	Encerrou décadas de hegemonia trabalhista; assinou o Tratado de Paz com o Egito (1979); autorizou a Operação Ópera contra o reator nuclear iraquiano (1981), recebeu o Nobel da Paz (1978).
Yitzhak Shamir	1983–1984; 1986–1992	Likud	Defensor de posições nacionalistas; governou durante a Primeira Intifada e a Guerra do Golfo.

Primeiro-ministro	Mandato(s)	Partido	Principais características e realizações
Shimon Peres	1984–1986; 1995–1996	Partido Trabalhista	Implementou reformas econômicas; deu continuidade aos Acordos de Oslo após o assassinato de Rabin.
Benjamin Netanyahu	1996–1999; 2009–2021; 2022–atual	Likud	Primeiro premiê nascido após a independência; promoveu políticas econômicas liberais, liderou a assinatura dos Acordos de Abraão e adotou uma agenda centrada na segurança nacional. Seus governos também foram marcados por controvérsias relacionadas à reforma do Judiciário, à polarização política e à condução da guerra iniciada após os ataques de 7 de outubro de 2023. É o primeiro-ministro que permaneceu por mais tempo no cargo.
Ehud Barak	1999–2001	Partido Trabalhista	Retirou as tropas israelenses do sul do Líbano (2000); participou da Cúpula de Camp David (2000); durante seu governo teve início a Segunda Intifada.
Ariel Sharon	2001–2006	Likud / Kadima	Liderou a retirada unilateral da Faixa de Gaza (2005); fundou o partido Kadima; sofreu um AVC em janeiro de 2006 e permaneceu incapacitado até sua morte.
Ehud Olmert	2006–2009	Kadima	Conduziu o governo durante a Segunda Guerra do Líbano (2006); enfrentou investigações de corrupção renunciando em 2008.
Naftali Bennett	2021–2022	Yamina	Liderou a primeira coalizão em muitos anos sem participação do Likud, ideologicamente diversa, incluindo pela primeira vez um partido árabe independente (Ra'am).
Yair Lapid	2022	Yesh Atid	Primeiro-ministro interino, manteve a coalizão até as eleições de 2022 e enfatizou relações exteriores, estabilidade institucional, e a aproximação com países árabes após os Acordos de Abraão.

A Suprema Corte

O Poder Judiciário de Israel tem como instância máxima a Suprema Corte, que atua como último tribunal de apelação em matérias civis, criminais e administrativas. Embora Israel não possua uma constituição escrita única, sua organização constitucional é estruturada por um conjunto de Leis Básicas. Nesse contexto, a Suprema Corte exerce papel central na interpretação dessas leis e na apreciação de questões constitucionais e administrativas de grande relevância.

O sistema jurídico israelense possui natureza híbrida, combinando elementos da tradição da *common law*, herdada do período do Mandato Britânico, com institutos característicos do direito romano-germânico e normas de direito religioso aplicáveis a determinadas matérias. Em razão desse arranjo, a Suprema Corte passou a desempenhar um papel relevante no desenvolvimento da jurisprudência constitucional e na proteção dos direitos fundamentais. Tal protagonismo é objeto de intenso debate na sociedade israelense. Seus críticos sustentam que o tribunal ampliou excessivamente suas competências ao revisar atos do Poder Executivo e da *Knesset*, enquanto seus defensores argumentam que sua atuação é essencial para assegurar os direitos fundamentais e preservar o equilíbrio entre os poderes do Estado (Waisberg, 2008).

A Suprema Corte de Israel é composta por 15 juízes, escolhidos por um Comitê de Seleção Judicial integrado por representantes do governo, da *Knesset*, do Poder Judiciário e da

Ordem dos Advogados de Israel. Esse modelo busca equilibrar a participação dos diferentes poderes e da comunidade jurídica no processo de escolha dos magistrados.



Manifestação no Aeroporto Ben Gurion, em Tel Aviv, Israel, em 3 de julho de 2023, contra a legislação promovida pelo governo de Benjamin Netanyahu e seus impactos sobre a democracia israelense.

Crédito editorial: Noa Ratinsky / Shutterstock.com

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2023, o papel da Suprema Corte voltou ao centro do debate político israelense em razão das propostas de reforma do Judiciário apresentadas pelo governo, que suscitaram amplo debate sobre o equilíbrio entre os poderes, a independência judicial e os limites da atuação da Corte.

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

PROPOSTA 1

QUEM GOVERNA? COMPARANDO OS SISTEMAS POLÍTICO BRASILEIRO E O ISRAELENSE

Tempo previsto: 50 minutos. **Objetivo:** Compreender as diferenças entre o presidencialismo brasileiro e o parlamentarismo israelense, identificando como cada sistema organiza as eleições, a formação do governo e a distribuição do poder político.

Justificativa

O estudo comparado de sistemas políticos constitui uma estratégia didática que amplia a compreensão dos estudantes acerca da diversidade das experiências democráticas contemporâneas (Malafaia; Menezes; Neves, 2016). Ao estabelecer um diálogo entre o sistema político brasileiro, mais familiar aos participantes da atividade, e o sistema político israelense, a proposta favorece a análise de diferentes formas de organização do Estado, de representação política e de formação dos governos.

Partindo de uma realidade conhecida, a atividade estimula os participantes a identificar semelhanças e diferenças entre os dois sistemas, compreendendo que as democracias podem organizar suas instituições de maneiras distintas. Essa comparação contribui para superar a ideia de que existe um único modelo democrático, favorecendo uma compreensão mais ampla sobre o funcionamento das instituições políticas.

Do ponto de vista metodológico, a proposta fundamenta-se na aprendizagem por comparação e na resolução de problemas. Ao analisar situações concretas, os participantes são convidados a mobilizar conhecimentos prévios, formular hipóteses, interpretar informações e construir explicações fundamentadas. Esse percurso favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação e da capacidade de analisar diferentes formas de organização política, fortalecendo competências relacionadas à leitura, à interpretação de informações e ao exercício da cidadania.

1. Problemática (10 minutos)

O facilitador projeta duas perguntas:

Situação A

“Nas eleições brasileiras, um candidato recebe mais votos para presidente do que os outros concorrentes. O que acontece depois?”

Situação B

“Em Israel, um partido foi o mais votado, mas conquistou apenas 35 das 120 cadeiras da Knesset. Esse partido governará sozinho?”

Os participantes respondem individualmente e, em seguida, compartilham suas hipóteses. O facilitador registra as respostas sem corrigi-las imediatamente.

2. Leitura orientada (15 minutos)

Os participantes realizam a leitura do trecho do manual referentes ao processo eleitoral israelense, destacando informações que respondam às seguintes questões:

- Em que o eleitor israelense vota?
- Quantas cadeiras possui a Knesset?
- Quantas cadeiras são necessárias para formar governo?
- O partido mais votado governa automaticamente?
- Qual é o papel das coalizões?

As respostas são discutidas coletivamente, permitindo que os participantes confrontem suas hipóteses formuladas inicialmente (fase da problematização) com as informações do texto (fase leitura orientada).

3. Comparando os sistemas (20 minutos)

Em duplas, os participantes recebem uma tabela comparativa incompleta.

Aspecto	Brasil	Israel
Forma de governo		
Em quem o eleitor vota?		
Quem exerce a chefia de governo?		
Como o governo é formado?		
O mais votado governa automaticamente?		

Na sequência, os participantes completam a tabela e, ao final, o facilitador realiza a correção coletiva, discutindo como diferentes sistemas democráticos organizam a representação política.

4. Sistematização (5 minutos)

Como fechamento, cada participante responde individualmente a seguinte questão:

“Explique, com suas palavras, por que um partido pode vencer as eleições em Israel, e ainda assim, não formar o governo?”

Observação: As respostas servirão como instrumento de avaliação da aprendizagem

Sugestão: Em atividades posteriores, o facilitador poderá aprofundar o conteúdo analisando como as coalizões influenciam a estabilidade dos governos ou comparando a composição da Knesset com o Congresso Nacional Brasileiro.

COMO IDENTIFICAR UMA DEMOCRACIA? O CASO DE ISRAEL

Tempo previsto: 50 minutos. **Objetivo:** Identificar as principais características de um regime democrático a partir da análise do sistema político israelense, compreendendo que diferentes democracias podem organizar suas instituições por meio de distintos arranjos político-institucionais.

Justificativa

Ao discutir democracia, é comum que os participantes da atividade associem esse conceito exclusivamente ao exercício do voto, reduzindo-o ao momento eleitoral. Conforme argumenta John Dewey (1979), a educação democrática deve favorecer a compreensão da democracia como uma forma de organização da vida coletiva, baseada na participação, no diálogo e no funcionamento das instituições públicas. Nessa perspectiva, o voto constitui apenas uma das dimensões da experiência democrática.

Além das eleições periódicas, os regimes democráticos caracterizam-se pela existência de representação política, pluralidade partidária, separação entre os poderes, respeito ao Estado de Direito e mecanismos institucionais de controle e limitação do exercício do poder (Bobbio, 1986). Compreender esses elementos contribui para que os participantes desenvolvam uma visão mais ampla e crítica sobre o funcionamento das democracias contemporâneas.

Ao utilizar o sistema político israelense como estudo de caso, a proposta possibilita a identificação de princípios democráticos em uma realidade distinta daquela com a qual os participantes estão mais familiarizados – a brasileira. A comparação favorece a compreensão de que diferentes países estruturam suas instituições políticas de maneiras diversas, preservando, contudo, elementos fundamentais que caracterizam os regimes democráticos.

Do ponto de vista metodológico, a atividade fundamenta-se na investigação orientada e na análise de evidências. Ao localizar informações, interpretar textos e relacionar conceitos, os participantes mobilizam conhecimentos prévios, constroem explicações fundamentadas e desenvolvem competências relacionadas à leitura crítica, à argumentação e à educação para a cidadania.

1. Levantamento de conhecimentos prévios (10 minutos)

O facilitador realiza a seguinte pergunta: **“O que é democracia?”**

Cada participante registra, individualmente, três palavras que considera essenciais para definir uma democracia.

O facilitador registra no quadro palavras como:

- eleições;
- voto;
- liberdade;
- partidos políticos;
- participação popular;
- direitos;
- leis.

Questionamento do facilitador: Essas características são suficientes para definir uma democracia?

Observação: neste momento, **não há correção**. O objetivo é identificar os conhecimentos prévios do grupo.

2. Leitura investigativa (25 minutos)

O facilitador solicita que os participantes leiam a introdução do capítulo do presente manual de mediação “O sistema político israelense” e os subtópicos: *As eleições*, *A Knesset* e *A Suprema Corte*.

Enquanto realizam a leitura, os participantes recebem a seguinte ficha de investigação:

Características de uma democracia	Em qual trecho do texto ela aparece?	Qual informação comprova isso?
Existem eleições?		
Os cidadãos podem votar?		
Existem diferentes partidos políticos?		
Há divisão entre os poderes?		
Existe um tribunal responsável por interpretar as leis?		

O facilitador orienta que **as respostas devem ser retiradas do próprio texto**, podendo inclusive destacar ou grifar os trechos correspondentes.

Por exemplo:

“Há divisão de poderes?” → localizar no primeiro parágrafo do capítulo, que apresenta os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;

“Existem eleições?” → localizar o subtópico “As eleições” no qual o texto explica que os israelenses elegem representantes para a *Knesset*.

3. Síntese e reflexão (15 minutos)

O facilitador retoma a pergunta apresentada no início do encontro: **“O que caracteriza uma democracia?”** e solicita que os participantes revisitem as respostas registradas no início da atividade e comparem suas ideias com as informações identificadas durante a leitura do capítulo. Na sequência, é indicada uma discussão coletiva a partir da questão: **“Após analisar o sistema político israelense, quais elementos permitem afirmar que Israel é uma democracia?”**

À medida que os estudantes apresentam suas respostas, o facilitador registra no quadro as características apontadas pela turma, relacionando-as às evidências encontradas no texto, como a realização de eleições para a *Knesset*, a existência de um sistema multipartidário, a divisão entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a atuação da Suprema Corte como instituição responsável pela interpretação das Leis Básicas.

Como atividade de fechamento, cada participante registra uma resposta para a seguinte questão: **“Qual das características estudadas você considera indispensável para uma democracia? Justifique.”**

O facilitador pode encerrar a dinâmica pedagógica retomando que a democracia não se resume ao ato de votar. Ela depende do funcionamento de instituições que organizam a representação política, distribuem o poder e estabelecem mecanismos de controle e fiscalização. Embora essas instituições assumam formatos distintos em diferentes países, compartilham princípios fundamentais voltados à participação política, à representação dos cidadãos e à limitação do exercício do poder.

PROPOSTA 3

MEDIAÇÃO DAS ELEIÇÕES ISRAELENSES

O sistema político israelense é marcado pela necessidade constante de negociação entre diferentes partidos. Como dificilmente uma única legenda conquista a maioria absoluta das cadeiras da Knesset, a formação de governos depende da construção de coalizões, que exigem acordos, concessões e mecanismos permanentes de cooperação. Esse processo faz parte do funcionamento cotidiano do parlamentarismo israelense e influencia diretamente a estabilidade dos governos e a implementação de políticas públicas. As atividades a seguir propõem a aplicação desses conceitos por meio de exercícios de análise, comparação e simulação, permitindo compreender, na prática, os desafios envolvidos na formação e na manutenção de coalizões governamentais.

Atividade 1 – Formando uma coalizão de governo

Tempo previsto: 20 minutos. **Objetivo:** Compreender como se forma um governo em sistemas parlamentaristas, analisando os desafios da construção e da manutenção de coalizões políticas. **Proposta:** Uma eleição hipotética para a Knesset produziu a seguinte distribuição de cadeiras:

Partido	Cadeiras
Partido A	33
Partido B	24
Partido C	18
Partido D	15
Partido E	12
Partido F	10
Partido G	8

Sabendo que um governo depende do apoio da maioria dos membros da Knesset (61 das 120 cadeiras), responda:

- a) Proponha uma coalizão capaz de formar governo;
- b) Justifique por que essa coalizão seria politicamente viável;
- c) Identifique dois desafios que poderiam comprometer sua estabilidade durante a legislatura;
- d) Explique o que poderia ocorrer caso um dos partidos deixasse a coalizão.

Atividade 2 – Comparando sistemas políticos

Tempo previsto: 30 minutos. **Objetivo:** Comparar diferentes modelos de organização política, identificando suas características, possibilidades e desafios. **Proposta:** O Brasil adota um sistema presidencialista, enquanto Israel utiliza um sistema parlamentarista.

Elabore um quadro comparativo entre os dois modelos considerando, pelo menos, os seguintes aspectos:

- a) forma de escolha do chefe de governo;
- b) relação entre os Poderes Executivo e Legislativo;
- c) formação do governo;
- d) possibilidade de substituição do chefe de governo durante o mandato;
- e) papel das coalizões;
- f) principais vantagens e desafios de cada sistema.

Ao final, responda:

Quais diferenças entre os dois modelos você considera mais significativas para o funcionamento do governo? Justifique sua resposta com base nos conceitos estudados.

Atividade 3 – Simulação de gabinete

Tempo previsto: 40 minutos. **Objetivo:** Vivenciar o processo de negociação política característico dos sistemas parlamentaristas, compreendendo o papel das coalizões na formação e na manutenção dos governos. **Proposta:** Os participantes serão divididos em grupos. Cada grupo representará um partido político fictício com prioridades diferentes, como economia, segurança, educação, meio ambiente, direitos civis, políticas sociais ou religião.

Após receberem o resultado de uma eleição simulada, os partidos deverão negociar entre si para formar um governo que reúna maioria parlamentar.

Ao final das negociações, cada coalizão deverá apresentar:

- a) os partidos que compõem o governo;
- b) a maioria parlamentar alcançada;
- c) os principais acordos estabelecidos entre os partidos;
- d) as três primeiras medidas propostas pelo governo;
- e) os principais conflitos que poderão ameaçar a continuidade da coalizão.

Na etapa final, o facilitador conduz uma discussão coletiva sobre as dificuldades encontradas durante as negociações, relacionando-as ao funcionamento do sistema parlamentarista israelense e ao papel das coalizões na governabilidade.

SIMULAÇÃO ELEITORAL

Tempo previsto: 1h30. **Objetivo:** Compreender, por meio de uma simulação, como funciona o sistema parlamentarista israelense e a importância das coalizões na formação do governo, desenvolvendo habilidades de argumentação, negociação e tomada de decisão.

Materiais necessários

- **Cartões dos partidos:** conjunto de cartões contendo o nome do partido, orientação ideológica, base eleitoral e principais propostas, elaborados com base neste guia;
- **Urna:** caixa de papelão ou outro recipiente que simule uma urna eleitoral;
- **Cédulas de votação:** cédulas impressas e recortadas, contendo o nome de cada partido participante da simulação;
- **Placar da Knesset:** painel com a representação das 120 cadeiras do parlamento israelense (impresso ou projetado), no qual o facilitador preencherá os assentos conforme a distribuição dos votos. Cada partido deverá ser identificado por uma cor diferente;
- **Cartões de “crises nacionais”:** cartões contendo situações hipotéticas (como crises de segurança, desafios econômicos, tensões diplomáticas ou questões sociais) que poderão ser introduzidas durante a atividade para testar a capacidade de negociação e a estabilidade das coalizões formadas.

1. Formação dos partidos (15 minutos)

Os participantes são divididos em 8 grupos (esse número deve ser ajustado de acordo com a quantidade de participantes) e cada um deles representa um partido, a citar, por exemplo:

- Likud;
- Os democratas;
- Shas;
- Otzma Yehudit;
- Ra'am;
- Israel Nossa Casa;
- Sionismo Religioso;
- Judaísmo Unido da Torá.

Após essa etapa, cada grupo recebe uma ficha contendo:

- Aspectos ideológicos do partido;
- Principais propostas;
- Base eleitoral.

2. Campanha política (15 minutos)

Cada partido possui aproximadamente 2 minutos para convencer os outros grupos, e responder às seguintes questões:

- Quem somos?
- O que queremos?
- Por que devemos governar?

3. Eleição (10 minutos)

Cada participante vota apenas em um partido, depositando sua cédula na urna. Após a realização da eleição, o facilitador fará a contagem dos votos e colocará no painel como ficou a distribuição das cadeiras.

4. Formação do governo (20 minutos)

Momento da negociação, em que os partidos precisam atingir 61 cadeiras. Para tanto, eles poderão:

- negociar;
- fazer alianças;
- renunciar a propostas;
- romper negociações.

Quando uma coalizão atingir maioria, deve apresentar seu acordo.

5. Posse (5 minutos)

O grupo vencedor escolherá:

- Primeiro-ministro;
- Ministros.

6. Governando (20 minutos)

O facilitador entregará os cartões das crises nacionais, exemplo:

Crise 1: “Um partido deixou a coalizão.”

Crise 2: “A Suprema Corte declarou uma lei inconstitucional.”

Crise 3: “Há uma crise econômica.”

Crise 4: “Grandes manifestações populares.”

Crise 5: “A oposição apresentou uma moção de desconfiança.”

Isso fará com que os participantes entendam que o governo precisará tomar atitudes pensando no bem geral de todos.

7. Pontos de reflexão (5 minutos)

- Foi fácil governar?
- Foi difícil negociar?
- O maior partido governou?
- Por que o parlamentarismo depende tanto de coalizões?

O GOVERNO CAIU!⁴

Tempo previsto: 30 minutos. **Objetivo:** Compreender como governos parlamentaristas podem perder sua maioria parlamentar durante o mandato e analisar os mecanismos institucionais previstos para a formação de um novo governo ou a convocação de eleições antecipadas.

1. Desenvolvimento da atividade

Considerando que os participantes já possuem um governo formado, durante o encontro, o facilitador anuncia: “Plantão de notícias! Dois partidos decidiram abandonar a coalizão governista.”

Em seguida, entrega um envelope ao primeiro-ministro, no qual está escrito: “Sua coalizão perdeu 18 cadeiras e deixou de possuir maioria parlamentar.”. A partir desse momento, inicia-se uma nova rodada de negociações.

Durante 10 minutos, o governo deverá:

- buscar novos aliados;
- renegociar acordos políticos;
- apresentar concessões capazes de recuperar a maioria parlamentar.

Enquanto isso, os partidos da oposição poderão negociar entre si para formar uma maioria alternativa e apresentar uma proposta de novo governo.

2. Desfecho

Ao término das negociações, poderão ocorrer três situações:

1. O governo recupera a maioria parlamentar e permanece no poder;
2. A oposição reúne uma nova maioria parlamentar e apresenta um novo governo;
3. Nenhum grupo consegue formar maioria. Nessa hipótese, o facilitador explica que, em determinadas circunstâncias previstas na legislação israelense, poderão ser convocadas novas eleições legislativas.

⁴ Essa atividade pode dar continuidade à anterior.

3. Pontos de reflexão:

- O que fez um partido abandonar o governo?
- Até onde vale negociar?
- Coalizões fortes são sempre estáveis?
- Quais concessões foram necessárias para manter ou formar o governo?
- O parlamentarismo estimula mais a negociação ou torna os governos mais vulneráveis? Justifique utilizando exemplos da simulação.

BINGO DA DEMOCRACIA

Tempo previsto: 40 minutos. **Objetivo:** Revisar e consolidar os principais conceitos e o vocabulário relacionados ao sistema político israelense, estimulando a participação, a argumentação e a compreensão dos conteúdos por meio de uma atividade lúdica.

Materiais necessários:

- Cartelas de bingo (uma para cada estudante ou dupla), contendo 16 conceitos distribuídos aleatoriamente;
- Lista de pistas elaboradas pelo facilitador;
- Marcadores (feijões, tampinhas, papel ou canetas).

Exemplo de cartela

Knesset	Coalizão	Leis básicas	Parlamento unicameral
Suprema Corte	Oposição	Maioria Parlamentar	Primeiro-ministro
Democracia	Partido Político	Governo	Eleição
Voto	Direitos Fundamentais	Representação Política	61 cadeiras

Observação: As cartelas devem ser embaralhadas para que cada participante ou dupla receba uma combinação diferente de conceitos.

1. Desenvolvimento da atividade

O facilitador distribui as cartelas e explica que irá apresentar definições ou situações relacionadas ao sistema político israelense. Os estudantes deverão identificar o conceito correspondente e marcá-lo em suas cartelas.

Antes de marcar a resposta, o participante deverá explicar, em poucas palavras, o significado do conceito identificado. Caso a explicação esteja correta, poderá marcar a casa correspondente. Se a resposta estiver incompleta ou incorreta, a marcação não será realizada.

Essa dinâmica busca estimular não apenas a memorização, mas também a compreensão dos conceitos trabalhados ao longo dos encontros.

2. Exemplos de pistas

1. Instituição responsável pelo Poder Legislativo de Israel, composta por 120 representantes eleitos. **Resposta:** *Knesset*.
2. Aliança entre dois ou mais partidos para reunir maioria parlamentar e formar um governo. **Resposta:** Coalizão.
3. Conjunto de normas que organizam o funcionamento das principais instituições do Estado israelense. **Resposta:** Leis Básicas.
4. Tribunal responsável por interpretar as Leis Básicas e atuar como instância máxima do Poder Judiciário. **Resposta:** Suprema Corte.
5. Chefe do governo responsável por coordenar o Poder Executivo. **Resposta:** Primeiro-ministro.
6. Número mínimo de cadeiras necessário para que um governo obtenha maioria na *Knesset*. **Resposta:** 61 cadeiras.
7. Grupo de partidos que não integra o governo e exerce o papel de fiscalização e oposição política. **Resposta:** Oposição.
8. Organização política que reúne pessoas com ideias e propostas semelhantes para disputar eleições. **Resposta:** Partido político.
9. Sistema político baseado na participação dos cidadãos, na representação política e na existência de instituições que limitam e fiscalizam o exercício do poder. **Resposta:** Democracia.
10. Processo por meio do qual os cidadãos escolhem seus representantes. **Resposta:** Eleição.
11. Direito do cidadão de participar da escolha de seus representantes por meio do voto. **Resposta:** Voto.
12. Forma de organização política em que existe apenas uma casa legislativa. **Resposta:** Parlamento unicameral.
13. Grupo de partidos responsável pela condução do Poder Executivo. **Resposta:** Governo.
14. Princípio segundo o qual os cidadãos elegem representantes para atuar em seu nome. **Resposta:** Representação política.
15. Conjunto de direitos e garantias que devem ser respeitados em uma democracia. **Resposta:** Direitos fundamentais.
16. Quantidade de parlamentares favoráveis a uma proposta ou governo suficiente para aprová-lo na *Knesset*. **Resposta:** Maioria parlamentar.

3. Encerramento

Vence a partida o participante ou a dupla que completar primeiro uma linha ou coluna da cartela e anunciar **bingo!**

Antes da confirmação da vitória, o facilitador deverá solicitar que o vencedor explique o significado de cada conceito marcado na sequência vencedora. Caso alguma explicação esteja incorreta, a marcação correspondente será anulada e o jogo continuará.

Ao final da atividade, recomenda-se uma breve discussão coletiva, retomando os conceitos que geraram maior dificuldade e reforçando sua relação com o funcionamento do sistema político israelense.

Sugestão de adaptação: Com públicos mais avançados, as pistas podem ser substituídas por situações-problema. Por exemplo: “Um partido deixa a coalizão e o governo perde a maioria parlamentar. Qual conceito estudado ajuda a compreender essa situação?” ou “Uma lei aprovada pelo Parlamento é considerada incompatível com as Leis Básicas. Qual instituição será responsável por analisar essa questão?” Essa variação estimula a aplicação dos conceitos em contextos concretos, aproximando a atividade da resolução de problemas e da análise de situações políticas.

EM QUEM VOCÊ VOTARIA NAS ELEIÇÕES ISRAELENSES?

Tempo previsto: 35 minutos. **Objetivo:** Compreender a diversidade ideológica presente na política israelense, identificando como diferentes temas influenciam os posicionamentos políticos, de modo a relacionar preferências pessoais aos principais campos ideológicos do sistema partidário e refletir sobre a pluralidade de visões existentes na sociedade israelense.

Materiais necessários:

- Folha com a escala de posicionamento (1 a 10) para cada eixo;
- Calculadora (ou celular);
- Tabela de interpretação dos resultados (gabarito).

1. Apresentação da dinâmica (5 minutos)

A atividade foi inspirada em um exercício desenvolvido pelo pesquisador Gabriel Ben-Tasgal, e o objetivo é aproximar os estudantes das diferentes correntes políticas israelenses. Não se trata de um teste científico, mas de uma dinâmica pedagógica para compreender como diferentes posições políticas se traduzem em apoio a determinados partidos.

2. Posicionamento nos cinco eixos (15 minutos)

Os estudantes deverão atribuir uma nota de **1 a 10** para cada um dos cinco eixos abaixo.

Eixo 1 – Conflito Israel-Palestina (peso 5)

1: defesa de um Estado compartilhado, com igualdade de direitos para israelenses e palestinos;

10: defesa de um único Estado judeu, sem a criação de um Estado palestino.

Quanto menor o número, maior a aproximação com propostas de divisão territorial e reconhecimento dos direitos nacionais palestinos. Quanto maior, maior a rejeição à criação de um Estado palestino. Questões como Jerusalém, assentamentos e fronteiras podem influenciar essa escolha.

Escolha um número e multiplique-o por 5. Anote o resultado.

Eixo 2 – Economia e papel do Estado (peso 4)

1: maior intervenção do Estado e políticas econômicas de orientação socialista;

10: livre mercado, menor intervenção estatal e economia liberal.

Escolha um número e multiplique-o por 4. Anote o resultado.

Eixo 3 – Relação entre religião e Estado (peso 3)

1: defesa de um Estado laico;

10: defesa de maior influência da religião judaica nas instituições do Estado.

Observação: este eixo refere-se à religião judaica e não à identidade judaica como povo.

Escolha um número e multiplique-o por 3. Anote o resultado.

Eixo 4 – Estado judeu × Estado democrático (peso 2)

1: prioridade ao caráter democrático do Estado, mesmo que isso implique reduzir elementos de caráter judaico do Estado (como a Lei do Retorno ou símbolos judaicos como símbolos nacionais);

10: prioridade ao caráter judaico do Estado (por exemplo: se você acha que deveria ser proibido que um árabe seja primeiro-ministro de Israel, seu voto é 10).

Escolha um número e multiplique-o por 2. Anote o resultado.

Eixo 5 – Identidade cultural (peso 1)

1: maior identificação com a tradição ashkenazi;

10: maior identificação com a tradição sefaradi/mizrahi;

5: essa distinção não possui relevância para você.

Escolha um número. Não há multiplicação neste eixo. Anote o resultado.

3. Cálculo do resultado (5 minutos)

Após responder aos cinco eixos:

- Some os cinco resultados;
- Divida o total por 15.

O resultado final corresponde ao posicionamento aproximado do participante dentro do espectro político israelense.

4. Interpretação dos resultados (10 minutos)

Classificação geral:

1 a 4: esquerda;

4 a 6: centro (centro-esquerda ou centro-direita);

6 a 10: direita.

Correspondência aproximada com partidos israelenses:

Resultado	Partidos mais próximos*
1 – 2	Partidos árabes
2 – 4	Os Democratas
4 – 5,5	Yashar
5 – 6,5	BeYachad
6 – 9	Yisrael Beiteynu
7 – 9	Likud
8 – 10	Otzma Yehudit / Sionismo Religioso

* Correspondência aproximada e ilustrativa.

5. Desfecho

Promova um debate com a turma a partir de questões como:

- Foi difícil escolher uma posição em todos os temas?
- Algum eixo teve mais peso na sua classificação?
- É possível concordar com um partido em alguns temas e discordar em outros?
- O que essa atividade revela sobre a diversidade política existente em Israel?

Observação: Os partidos ultraortodoxos (como Shas e Judaísmo Unido da Torá) não aparecem nesta dinâmica porque sua atuação política está concentrada em um conjunto mais específico de temas, especialmente relacionados à religião, educação e interesses de suas comunidades. A atividade também não pretende prever o voto real de um eleitor, mas apenas ilustrar, de forma simplificada, como diferentes posicionamentos ideológicos podem aproximar uma pessoa de determinados campos políticos do sistema partidário israelense.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARTOV, Omer. **Israel: What Went Wrong?** New York: Farrar, Straus and Giroux, 2026.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Democracia e Segredo**. Organização Marco Ravelli; tradução Marco Aurélio Nogueira. 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BROSZAT, Martin. **The Hitler State**: The Foundation and Development of the Internal Structure of the Third Reich. Rev. ed. London: Routledge, 2014.
- CENTER OF ISRAEL EDUCATION (CIE). **Declaração de Independência de Israel (14 de maio de 1948)**. [S.l.]: CIE, [2023?]. Disponível em: <https://israeled.org/declaracao-de-independencia-de-israel-14-de-maio-de-1948/>. Acesso em: 22 jul. 2026.
- DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon; HOFNUNG, Menachem; LISSAK, Moshe (org.). **The Oxford Handbook of Israeli Politics and Society**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995.
- ISRAEL. **Declaração de Independência de Israel**. Tradução publicada pelo Israel Education Center. Disponível em: Israel Education Center – Declaração de Independência de Israel. Acesso em: 20 jul. 2026.
- ISRAEL. **Knesset. Members of Knesset: Rights and Duties**. Jerusalem: Knesset, [s.d.]. Disponível em: <https://main.knesset.gov.il/en/mk/pages/mkrights.aspx>. Acesso em: 24 jul. 2026.
- ISRAEL. **Prime Ministers of Israel**. Gov.il, 2026. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/prime-ministers-of-israel>. Acesso em: 22 jul. 2026.
- ISRAEL. **Prime Minister's Office. About the Prime Minister's Office**. Jerusalem: Government of Israel, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.il/en/pages/about_pm_office
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATI, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MALAFAIA, Carla; MENEZES, Isabel; NEVES, Tiago. 'Os cidadãos continuam a ter direito à democracia': Discursos de jovens estudantes sobre as manifestações anti-austeridade em Portugal. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 49, p. 51-71, 2016.

MIRAGAYA, João Koatz. **Guia para entender a política israelense**. *Do Lado Esquerdo do Muro*, 2 maio 2024. Atualizado em: 7 maio 2024. Disponível em: <https://www.ladoesquerdo.com/post/guia-para-entender-a-politica-israelense>. Acesso em: 22 jul. 2026.

MÖLLER, Horst. **La República de Weimar: una democracia inacabada**. Madrid: Machado Libros, 2012.

WAISBERG, Tatiana. **Notas sobre o direito constitucional israelense**: a revolução constitucional e a constituição escrita do Estado de Israel. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, São Paulo, n. 11, p. 95–129, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/34730>. Acesso em: 23 jul. 2026.

BARAK, Aharon. **The Judge in a Democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SHAPIRA, Anita. **Israel**: uma história. Editora Paz e Terra, 2018.

